

Continuação



COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

AV. LOUREIRO DA SILVA, 1940, 13º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS

CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31/12/2018 e 31/12/2017 Em Reais

EVENTOS	NOTA EXPLICATIVA	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS			LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA ESTUTÁRIA	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		81.186.711,84	14.981.722,44	-	88.138.319,28	-	184.306.753,56
Dividendos adicionais aprovados					(58.276.800,66)		(58.276.800,66)
Reserva estatutária	Nota 11			29.861.518,62	(29.861.518,62)		
Lucro Líquido do exercício						72.817.989,40	72.817.989,40
Destinações do lucro líquido do exercício:							
Constituição da Reserva Legal			1.255.619,93			(1.255.619,93)	-
Dividendos Obrigatórios						(16.177.592,14)	(16.177.592,14)
Dividendo Adicional sujeito a aprovação					48.532.776,40	(48.532.776,40)	-
Juros sobre o Capital Próprio						(6.852.000,93)	(6.852.000,93)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		81.186.711,84	16.237.342,37	29.861.518,62	48.532.776,40	-	175.818.349,23
Dividendos adicionais aprovados					(48.532.776,40)		(48.532.776,40)
Lucro líquido do exercício						73.353.063,43	73.353.063,43
Destinações do lucro líquido do exercício:							
Dividendos Obrigatórios	Nota 12					(16.726.506,66)	(16.726.506,66)
Dividendo Adicional sujeito a aprovação	Nota 12				50.179.519,99	(50.179.519,99)	-
Juros sobre o Capital Próprio	Nota 12					(6.447.036,78)	(6.447.036,78)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		81.186.711,84	16.237.342,37	29.861.518,62	50.179.519,99	-	177.465.092,82

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO Em Reais

1) Contexto Operacional

A Companhia é uma sociedade de economia mista (sociedade anônima de capital fechado), autorizada pela Lei Estadual n.º 9.128 de 07/08/1990, alterada pela Lei n.º 9.705 de 24/07/1992, tendo concessão para exploração do gás natural no Estado do Rio Grande do Sul por prazo de 50 (cinquenta) anos conforme Contrato de Concessão firmado em 19/04/1994. A Companhia tem por objetivo executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás natural e seus subprodutos e derivados, de acordo com a evolução tecnológica, o desenvolvimento econômico e as necessidades sociais. Poderá, subsidiariamente, efetuar a aquisição, montagem e eventual fabricação de equipamentos e componentes, otimizando o uso do gás natural e seus subprodutos e derivados, bem como executar os serviços. Atende consumidores dos setores industrial, coeração, veicular, comercial, residencial e termoeletrico.

2) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), além das normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

a. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

b. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com os CPC's exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos, referentes às políticas contábeis adotadas, apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa
- Nota 7 - Intangíveis
- Nota 15 - Provisões para contingências

c. Demonstração do resultado abrangente

Na demonstração do resultado abrangente não há valores a serem expostos sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao abrangente total.

3) Resumo das principais políticas contábeis

a. Resultado das operações

O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo observado o princípio da realização da receita e de confrontação das despesas.

• Venda de gás

A receita de venda de gás é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de venda de gás é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fruirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

• Receitas e custos de construção

A orientação OCP 05 - Contratos de Concessão - determina que as empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso é obrigatório o registro das receitas e custos de construção. A Sulgás não tem a construção de gasodutos como atividade fim nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural, a companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem a melhor proposta para a realização das obras. Desse modo, a construção da Rede de Distribuição de Gás Natural apresenta-se integralmente como um custo de alocação de ativos para o cumprimento do contrato de concessão para a Sulgás. Assim, em virtude do descrito acima, a companhia registrou receita de construção, tendo como contrapartida custos de construção no mesmo valor.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendimentos sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

d. Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representadas por depósitos em conta corrente e as aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

A administração da Companhia monitora e avalia eventos e/ou indicativos que possam levar à não recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados. Caso seja identificado algum indicativo de perda do valor, um teste de redução ao valor recuperável será aplicado.

f. Instrumentos Financeiros Não Derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expirarem, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Abraçam os saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata junto à instituição emitente, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativos financeiros de concessão e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando identificados consumidores inadimplentes ou com pedido de recuperação judicial ou falência. A Companhia impetra ações administrativas e judiciais contra os consumidores nessa situação, sendo o fornecimento de gás interrompido se necessário.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações especiais e outras contas a pagar.

Capital Social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	73.353.063,43	72.817.989,40
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	163.114,36	185.543,69
Amortização	25.437.264,08	23.366.325,06
	98.953.441,87	96.369.858,15
Ativos operacionais - (aumento) redução e passivos operacionais - (redução) aumento		
(Aumento) de contas a receber de clientes e outras	(19.918.492,71)	(5.445.490,12)
(Aumento) de estoques	(225.219,06)	(640.104,79)
(Aumento) de outros ativos	(8.951.841,65)	(11.198.325,95)
Aumento de fornecedores	36.135.304,51	17.574.646,48
Aumento de outros passivos	34.795.670,17	13.148.058,73
Imposto de renda e contribuição social pagos	(28.380.466,05)	(62.214.007,56)
Juros pagos	(5.004.134,62)	(6.455.731,78)
Juros recebidos	1.111.602,65	2.446.774,90
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	108.515.865,11	43.585.678,06
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(22.060.529,51)	(18.765.327,11)
Reversão de baixa de intangível	(14.102,55)	-
Baixa de intangível	3.869,74	1.210.864,40
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(22.070.762,32)	(17.554.462,71)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(64.710.368,54)	(117.517.759,04)
Juros sobre o Capital Próprio	(6.447.036,78)	(6.852.000,93)
Recebimento/Amortizações de Empréstimo	(16.358.998,94)	10.728.754,36
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(87.516.404,26)	(113.641.005,61)
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.071.301,47)	(87.609.790,26)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	76.233.489,52	163.843.279,78
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	75.162.188,05	76.233.489,52

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

g. Instrumentos Financeiros Derivativos

A companhia não operou com instrumentos derivativos nos exercícios findos de 2018 e 2017.

h. Intangível

A Sulgás possui Contrato de Concessão com o Estado do Rio Grande do Sul com prazo de 50 anos a contar de 19/04/1994. O contrato prevê que todos os bens da Companhia (Concessionária) serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato, sendo que o Concedente indenizará a Companhia sobre os investimentos realizados nos 10 anos anteriores ao término da concessão (atualizados monetariamente).

i. Estoques

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição. Periodicamente a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantidade de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques, são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem.

A partir de 31/12/2017, a Companhia passou a registrar Estoque de Gás Natural, conforme nota 6.

j. Benefícios a Empregados

A empresa apresenta uma série de benefícios aos empregados, bem como plano de contribuição definida conforme explicado na nota 10.

l. Investimentos

Os investimentos não relevantes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

m. Imposto de Renda e Contribuição Social

Foram provisionados com base na legislação atual, sendo o Imposto de Renda com base nas alíquotas de 15% mais 10% sobre adicional e a Contribuição Social com base de 9% sobre o lucro real, conforme demonstramos na nota 14.

n. Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores direta ou indiretamente observáveis, baseados no entendimento da administração sobre a mensuração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos com devedores duvidosos, bem como provisões para imposto de renda/contribuição social e contingências são constituídas por valores considerados suficientes pela Administração. A liquidação/ocorrência das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas trimestralmente.

o. Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, aplicável às companhias abertas. Para as companhias de capital fechado, como é o caso da Sulgás, representam informação financeira adicional.

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, sendo parte suplementar as informações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a amortização), e o valor adicionado de receitas financeiras e outras receitas. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4) Caixas e Equivalentes de Caixas

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	105.791,02	31.045,04
Banco Conta Movimento	1.508.955,82	284.303,26
Aplicações Financeiras	73.547.441,21	75.918.141,22
TOTAL	75.162.188,05	76.233.489,52

As aplicações financeiras foram realizadas no mercado de renda fixa (CDI) com taxa anual de aproximadamente 6,42%.

5) Contas a Receber de Clientes e PECLD

a) Contas e Receber de Clientes

	31/12/2018	31/12/2017
BRASKEM S.A.	13.964.850,54	9.257.423,86
CMPC - Celulose Riograndense LTDA.	9.352.833,22	6.474.520,82
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.	7.042.399,81	9.523.861,60
RAIZEN Combustíveis S.A.	4.452.056,52	4.278.743,41
GERDAU Aços Especiais S.A.	3.517.294,35	1.352.097,83
IPIRANGA Produtos de Petróleo S.A.	3.059.060,50	1.687.451,55
PETROBRAS Distribuidora S.A.	2.092.947,22	1.229.600,39
GERDAU Aços Longos S.A.	2.000.583,19	688.334,43
TP Industrial de Pneu do Brasil LTDA.	1.586.277,39	1.018.838,77
SOLAE do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos LTDA.	1.444.371,60	1.029.126,26
ULBRA - Universidade Luterana do Brasil	1.251.859,39	1.319.694,02
Outros	26.671.557,58	18.657.906,48
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.710.938,05)	(4.547.823,69)
TOTAL	66.324.610,26	51.969.775,73